

MESA REDONDA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRODUÇÃO ANIMAL SUSTENTÁVEL NO SEMIÁRIDO.

“CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO – DEMANDA DA INTEGRAÇÃO DOS ATORES PÚBLICOS E PRIVADOS”.

Prof. Edgard Cavalcanti Pimenta Filho

Existem duas premissas que devem fundamentar qualquer discussão em torno da produção animal sustentável no semiárido: 1) a notória diversidade do semiárido brasileiro, que pode ser imaginada como uma enorme colcha de retalhos de solos, relevos e regimes pluviométricos distintos; e 2) a natural vocação para a pecuária. Adicionamos alguns elementos que devem ajudar a descortinar um cenário mais claro dos desafios à atividade pecuária no semiárido. Entre eles, destacamos a vocação mais agrícola e menos pecuarista de grande parte dos produtores rurais, por influência dos colonizadores portugueses e dos próprios indígenas, e a demora em assumirmos nossa identidade geofísica e cultural. Desses fatores, desenvolvemos, ao longo do tempo, modelos inapropriados para um adequado uso da terra. Inicialmente, no período colonial, a pecuária foi utilizada mais como estratégia de ocupação do território de modo que as cidades do sertão foram, quase sempre, fundadas a partir de vilas derivadas de fazendas ou a partir de pontos de comercialização de gado. De qualquer forma, é importante destacar a presença da atividade pecuária na origem de tantas cidades, entre as quais podemos citar Sertânia, Arcoverde, Caruaru e Serra Talhada, em Pernambuco, Cajazeiras, Pombal, Souza e Patos, na Paraíba, Sobral, Quixadá, Quixeramobim e Tauá, no Ceará, Mossoró, Caicó e Lajes, no Rio Grande do Norte, entre tantas outras de maior ou menor importância política ou econômica. As contingências da apropriação das terras associadas ao completo desconhecimento das potencialidades e dos desafios do semiárido forjaram um modelo de exploração pecuária baseado no extrativismo da pastagem nativa oferecida pela Caatinga em vastas áreas. Esse modelo perdurou por muito tempo com um relativo sucesso, suspenso apenas nos períodos de longas estiagens. Numa postura temporalmente estática, muitos produtores ainda recorrem à Caatinga como suporte forrageiro para seus animais. À beira do esgotamento, a Caatinga não consegue suprir os rebanhos dos nutrientes necessários. Persistindo esse modelo, a diversidade vegetal do bioma tende a reduzir drasticamente. Enquanto isso, a natural partilha das propriedades e a forçosa busca por uma maior competência produtiva encurrala o pecuarista pouco preparado técnica e organizacionalmente.

Obviamente, esse cenário devia estar gravado apenas em registros históricos para servirem como documentários da evolução natural do desenvolvimento da região. No entanto, por mais intangível que possa parecer, persistem atrasos em todos os aspectos.

Não há novidade de que a estagnação econômica das áreas de sequeiro do semiárido exploradas pela pecuária é derivada, principalmente, da falta de um plano de desenvolvimento politicamente, socialmente, tecnicamente e economicamente eficaz.

Do ponto de vista técnico, não obstante os avanços conseguidos nos últimos anos pelas empresas de pesquisa e pelas universidades, os modelos de exploração pecuária ainda não estão completamente definidos. A explicação reside no simples fato de que tanto as pesquisas básicas como as pesquisas aplicadas associadas ao bioma Caatinga e ao desenvolvimento de um modelo de produção pecuária para o semiárido somente tornaram-se prioridade nos últimos anos. Faltam muitas informações e, principalmente, tecnologias validadas sob o ponto de vista social, ambiental e econômico. Há um considerável conjunto de resultados de pesquisas, fruto de muito esforço e dedicação dos pesquisadores, docentes e pós-graduandos. Porém, sem um plano multidisciplinar bem definido esses resultados tornam-se pontos perdidos em um quadro negro. As informações contidas nos boletins técnicos, relatórios técnicos, monografias, dissertações, teses, artigos científicos, artigos técnicos, resumos, palestras, livros, entre outros documentos impressos ou digitais, poderiam, sem dúvida, estar obedecendo a um plano maior. Mas, para tanto, é necessário um esforço de integração muito além do que tem sido realizado até o presente. Além disso, deve-se ressaltar a necessária integração com os agentes produtivos, atores protagonistas neste espetáculo. As demandas devem ser discutidas com os produtores que devem participar da validação das tecnologias posteriormente geradas. Caso contrário, as instituições de pesquisa podem estar investindo naquilo em que o pesquisador acredita ser o problema e não no problema, propriamente dito. É fundamental valorizar o saber popular, sem desmerecer, obviamente, o conhecimento técnico e científico. É a fusão desses saberes que poderão conduzir a estudos mais objetivos.

Mas, mesmo que tivéssemos, hoje, uma oferta de tecnologias dentro dos critérios acima definidos, dificilmente atenderíamos as demandas do desenvolvimento regional, no ritmo desejável, tendo em vista as limitações impostas pela baixíssima qualidade da educação. Não há novidade em afirmar que somente com uma educação de qualidade conseguiremos avançar, pois isso já foi amplamente demonstrado em todo o planeta. No caso do semiárido rural, a questão fica ainda mais complexa tendo em vista a precária estrutura da rede de escolas na zona rural e a falta de sensibilidade

relativa à demanda por uma educação contextualizada. Silva (2007) elenca uma série de sugestões de medidas sociais, culturais, econômicas e políticas dirigidas ao desenvolvimento sustentável do semiárido. Mas, a educação contextualizada, pode ser destacada como a mais importante, dados os desdobramentos que esse fator permite gerar, em todos os aspectos da sociedade. Vários organismos públicos e privados vêm lutando para que a educação contextualizada no semiárido passe a ser uma realidade, a exemplo da RESAB (Rede de Educação do Semiárido Brasileiro), mas, infelizmente, estamos distantes de uma conquista generalizada para a região. O NEPEC-SAB (Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação Contextualizada com o Semiárido Brasileiro) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), realizará o III Workshop Nacional em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Brasileiro, no período de 12 a 14 de setembro de 2013, com o tema: Territórios e Interculturalidade na Perspectiva da Educação Contextualizada. Esse evento representa uma oportunidade para uma atualização no que está ocorrendo sobre essa iniciativa e aproxima o participante da temática.

Os investimentos públicos feitos nos últimos anos na educação superior, se bem geridos, podem repercutir no futuro na melhor qualidade da educação nos níveis fundamental e médio, promovendo mudanças no panorama atual. Para o levantamento do cenário da educação superior, levamos em consideração a região nordeste que envolve o semiárido, não considerando, portanto, o Maranhão em função de sua geografia física. Dezoito universidades federais, da Bahia ao Piauí, abrangem quarenta e oito campi, sendo vinte e cinco no semiárido. São treze universidades estaduais, abrangendo oitenta e cinco campi, sendo cinquenta e quatro no semiárido. São dez institutos federais de educação, abrangendo noventa campi, sendo sessenta e três no semiárido. Isso perfaz um total de duzentos e vinte e três campi na região nordeste entre os estados da Bahia e do Piauí, sendo cento e quarenta e dois campi localizados na zona semiárida. De fato, pelo menos quantitativamente, é uma estrutura que sugere repercussões positivas em médio e longo prazo.

Tomando apenas como base os aspectos técnicos e os sociais vinculados à educação da população rural do semiárido, já temos suficiente material para uma análise do problema da produção animal sustentável no semiárido. Destacamos o desafio da integração dos atores públicos e privados tendo como motivação e objetivo a geração e aplicação do conhecimento para o desenvolvimento do semiárido, utilizando a pecuária como instrumento. Vale a pena citar Gomes e Meneses (2010) que, abordando a (re)pecuarização do semiárido, apontam que os processos de intervenção para o desenvolvimento nos diversos conceitos ou escalas – local, sustentável, durável, territorial e regional são acompanhados de articulações em

diferentes campos de interesses e legitimados nos espaços de produção do conhecimento como verdades, construídas sobre o que as pessoas querem, ou desejam, sem que os atores envolvidos reflitam sobre o que realmente é possível fazer e de onde vem o argumento de autoridade das propostas e projetos.

Não faltam atores, sejam as organizações não governamentais, associações, núcleos, redes, federações de produtores, federações de trabalhadores, cooperativas, instituições de ensino, empresas de pesquisa, programas os mais diversos, secretárias específicas, agências de fomento, órgãos civis de apoio à gestão, entre tantos organismos. **O grande entrave é a dificuldade de estabelecer uma governança que permita contar com as excelências de todas as instituições públicas e privadas, associá-las harmonicamente e, ao identificar a forma ideal de coparticipação, conseguir colocar a essa máquina social para andar.**

Podemos acrescentar que, no fundo, tudo depende de um plano politicamente tratado. Mas, fundamentado em uma análise mais cuidadosa, verificamos que as informações oriundas dos governantes refletem pouca valorização dos problemas de base da zona semiárida. Por exemplo, recentemente, no dia 04 de julho deste ano, o governo federal lançou o Plano Safra Semiárido. Foi informado, naquele momento, que o MDS e o MDA irão investir R\$ 150 milhões neste ano para amenizar os efeitos da estiagem e prevenir as perdas de rebanhos de pequenos produtores rurais. Ainda foi enfatizado que, como medida preventiva, serão adquiridas e doadas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sementes e mudas de produtos destinados à alimentação animal. Em caso de situação de emergência ou estado calamidade, o PAA ainda poderá comercializar aos agricultores familiares, com valor abaixo do mercado, alimentos para os rebanhos. Agora, pergunta-se, quanto do rebanho já foi perdido? O que resta na maior parte do semiárido castigado pela estiagem que se iniciou em 2012? Por que somente agora, se anunciam “planos de salvação”?

A regulamentação do Programa Cisternas, trazendo como consequência a diminuição da burocracia para a contratação e o repasse de recursos para a construção de tecnologias de captação de água para consumo humano e para a produção de alimentos, também foi anunciada pelo governo. Pergunta-se: somente agora se percebeu a necessidade de estratégias para garantir um correto manejo e uso dos recursos hídricos? Antes, a água de beber não era percebida como limitante para a manutenção da população local em condições dignas? É preciso que os sertanejos sofram drasticamente, fortemente, a ponto de sentirem a inviabilidade de se manterem na zona rural?

Outro flagrante caso de pouco conhecimento das necessidades do semiárido foi percebido pelas palavras do Ministro da Agricultura Pecuária e Abastecimento quando

afirmou que uma das principais medidas para apoiar os produtores afetados pela estiagem é o incentivo à agricultura irrigada. Para tanto, serão destinados R\$ 400 milhões em linha de crédito com juros de 3,5% ao ano e prazo de até 15 anos. Num ano sem água para beber, priorizar a irrigação como forma de resolver o problema da estiagem parece insulto.

A pecuária do semiárido enfrenta, ainda, alguns desnecessários paradigmas. Entre eles destacamos a pecha de responsável pela desertificação. Todos sabemos que não é a atividade, seja qual for, que degrada o solo, destrói a biodiversidade, quebra o equilíbrio do meio ambiente. O responsável por esses estragos é o *Homo sapiens*, na plenitude de sua “inteligência e dos avanços tecnológicos conquistados”. O homem pode utilizar a Caatinga, explorando todos os seus potenciais, seja energético, forrageiro, madeireiro, medicinal, ornamental, fibroso, oleaginoso, turístico, entre outros, respeitando todas as condições impostas pela necessidade de manutenção infinita desse bioma. A questão está simplesmente na forma de utilização. Para tanto, são necessárias informações desde as mais básicas, que demandam estudos avançados de biologia molecular e nanociência aos estudos de sistemas de produção e gestão de cadeias produtivas e mercado. O mais importante é a atitude de respeito baseado em uma educação ampla e promotora da cidadania plena.

Outro paradigma enfrentado pela pecuária do semiárido é a divisão de categorias de pecuaristas, divididos entre agricultura comercial e agricultura familiar. Essa divisão de categorias, no semiárido, na grande maioria, é uma abstração da realidade. Os pequenos produtores que não conseguem se incluir como Agricultor Familiar, na forma que determina a Lei nº 1.326/2006, ficam, injustificadamente, à margem de vários benefícios, tanto de ordem da assistência técnica quanto de vantagens creditícias. No semiárido, a classificação dos criadores que têm na atividade rural sua única renda, poderia estar circunscrita à dimensão do tamanho do risco. É necessário que a política pública seja revista neste contexto da pecuária do semiárido, com a maior urgência possível. Tratar iguais como desiguais é tão injusto quanto tratar desiguais como iguais!